

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	8
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	16
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	17
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
---	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.582.043
Preferenciais	0
Total	48.582.043
Em Tesouraria	
Ordinárias	881
Preferenciais	0
Total	881

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	12.986	12.575	12.383
1.01	Ativo Circulante	5.200	4.776	1.315
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.631	3.410	7
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.107	965	902
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.107	965	902
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.107	965	902
1.01.06	Tributos a Recuperar	402	340	284
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	402	340	284
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	402	340	284
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	60	61	122
1.01.08.03	Outros	60	61	122
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	55	57	122
1.01.08.03.02	Outros	5	4	0
1.02	Ativo Não Circulante	7.786	7.799	11.068
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	35	34	33
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	1	1
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	1	1
1.02.01.06	Tributos Diferidos	35	33	32
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	35	33	32
1.02.02	Investimentos	7.751	7.765	11.035
1.02.02.01	Participações Societárias	7.751	7.765	11.035
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.751	7.765	11.035

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	12.986	12.575	12.383
2.01	Passivo Circulante	3	11	27
2.01.02	Fornecedores	2	7	25
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2	7	25
2.01.03	Obrigações Fiscais	1	4	2
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1	4	2
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	1	4	2
2.03	Patrimônio Líquido	12.983	12.564	12.356
2.03.01	Capital Social Realizado	18.985	18.985	18.985
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.983	-6.402	-6.629
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-19	-19	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5	62	-4.446
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-216	-171	-197
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-4.231
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	0	0	-4.231
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	211	233	-18
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5	62	-4.446
3.06	Resultado Financeiro	466	165	90
3.06.01	Receitas Financeiras	533	229	114
3.06.02	Despesas Financeiras	-67	-64	-24
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	461	227	-4.356
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-42	0	0
3.08.01	Corrente	-42	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	419	227	-4.356
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	419	227	-4.356
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00001	0	-0,00009
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00001	0	-0,00009

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	419	227	-4.356
4.03	Resultado Abrangente do Período	419	227	-4.356

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	137	-83	-91
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	208	-6	-118
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	419	227	-4.356
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-211	-233	18
6.01.01.04	Outras Despesas Operacionais	0	0	4.220
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-71	-77	27
6.01.02.01	Tributos	-67	-55	27
6.01.02.03	Outras Contas Ativas e Passivas	1	-4	0
6.01.02.04	Fornecedor	-5	-18	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	84	3.486	-15.476
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	-141	-63	-81
6.02.02	Redução de Capital na Investida	0	3.062	-15.395
6.02.03	Dividendos Recebidos	225	487	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	0	15.395
6.03.01	Redução de Capital	0	0	15.395
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	221	3.403	-172
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.410	7	179
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.631	3.410	7

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	419	0	419
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	419	0	419
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-6.629	0	12.356
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-6.629	0	12.356
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	227	-19	208
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	227	0	227
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-19	-19
5.05.02.07	Perda na aquisição de investimento Serranby	0	0	0	0	-19	-19
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.590	0	0	-2.273	0	1.317
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.590	0	0	-2.273	0	1.317
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.395	0	0	0	0	15.395
5.04.01	Aumentos de Capital	15.395	0	0	0	0	15.395
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.356	0	-4.356
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.356	0	-4.356
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-6.629	0	12.356

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-184	-124	-154
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-183	-123	-86
7.02.04	Outros	-1	-1	-68
7.03	Valor Adicionado Bruto	-184	-124	-154
7.04	Retenções	0	0	-4.220
7.04.02	Outras	0	0	-4.220
7.04.02.02	Outros	0	0	-4.220
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-184	-124	-4.374
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	744	462	96
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	211	233	-18
7.06.02	Receitas Financeiras	533	229	114
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	560	338	-4.278
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	560	338	-4.278
7.08.01	Pessoal	25	29	28
7.08.01.01	Remuneração Direta	21	24	23
7.08.01.02	Benefícios	4	5	5
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	49	13	11
7.08.02.01	Federais	49	13	11
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	67	69	39
7.08.03.02	Aluguéis	0	5	15
7.08.03.03	Outras	67	64	24
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	419	227	-4.356
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	419	227	-4.356

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	42.094	41.755	61.973
1.01	Ativo Circulante	41.800	41.461	42.929
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.076	9.748	10.774
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.107	21.172	22.228
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.107	21.172	22.228
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.107	21.172	22.228
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.607	10.471	9.760
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.607	10.471	9.760
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	11.607	10.471	9.760
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10	70	167
1.01.08.03	Outros	10	70	167
1.01.08.03.02	Outros	10	70	167
1.02	Ativo Não Circulante	294	294	19.044
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	293	292	19.041
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	1	18.751
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	0	1	18.751
1.02.01.06	Tributos Diferidos	35	33	32
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	35	33	32
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	258	258	258
1.02.01.07.01	Depósitos Judiciais	258	258	258
1.02.03	Imobilizado	1	2	3

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	42.094	41.755	61.973
2.01	Passivo Circulante	580	663	1.357
2.01.02	Fornecedores	116	205	291
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	116	205	291
2.01.03	Obrigações Fiscais	92	93	190
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	92	93	190
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	92	93	190
2.01.05	Outras Obrigações	372	365	876
2.01.05.02	Outros	372	365	876
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	372	365	876
2.02	Passivo Não Circulante	298	280	0
2.02.02	Outras Obrigações	298	280	0
2.02.02.02	Outros	298	280	0
2.02.02.02.03	Imposto de Renda a Pagar	298	280	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	41.216	40.812	60.616
2.03.01	Capital Social Realizado	18.985	18.985	18.985
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.983	-6.402	-6.629
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-19	-19	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	28.233	28.248	48.260

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.608	-1.438	-6.553
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.608	-1.437	-2.206
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1	-4.347
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	0	-1	-4.347
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.608	-1.438	-6.553
3.06	Resultado Financeiro	4.044	3.858	7.038
3.06.01	Receitas Financeiras	4.368	4.627	7.690
3.06.02	Despesas Financeiras	-324	-769	-652
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.436	2.420	485
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-567	-681	-1.356
3.08.01	Corrente	-567	-681	-1.356
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.869	1.739	-871
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.869	1.739	-871
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	419	227	-4.356
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.450	1.512	3.485
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,00001	0	-0,00009
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,00001	0	-0,00009

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.869	1.739	-871
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.869	1.739	-871
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	419	227	-4.356
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.450	1.512	3.485

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	723	1.222	1.157
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	420	229	-134
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	419	227	-4.356
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1	2	2
6.01.01.04	Outras Despesas Operacionais	0	0	4.220
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	303	993	1.291
6.01.02.01	Tributos	-1.120	-532	-2.098
6.01.02.03	Outras Contas Ativas e Passivas	60	99	-155
6.01.02.04	Fornecedor	-87	-86	59
6.01.02.05	Participação de Acionistas não controladores	1.450	1.512	3.485
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	20.066	28.436	26.542
6.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	20.066	19.806	41.937
6.02.03	Redução de Capital Investida	0	8.630	-15.395
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.461	-30.684	-27.425
6.03.01	Redução de Capital	0	-27.178	6.298
6.03.02	Dividendos e JSCP Pagos	-1.461	-3.506	-33.723
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.328	-1.026	274
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.748	10.774	10.500
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.076	9.748	10.774

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564	28.248	40.812
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564	28.248	40.812
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	419	0	419	-15	404
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	419	0	419	1.450	1.869
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	-1.465	-1.465
5.05.02.06	Participação de Acionistas não Controladores sobre variações do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-1.465	-1.465
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-5.983	-19	12.983	28.233	41.216

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	18.985	0	0	-6.629	0	12.356	48.260	60.616
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.985	0	0	-6.629	0	12.356	48.260	60.616
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	227	-19	208	-20.012	-19.804
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	227	0	227	1.512	1.739
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-19	-19	-21.524	-21.543
5.05.02.06	Participação de acionistas não controladores sobre variações do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-21.501	-21.501
5.05.02.07	Perda na aquisição de investimento Serranby (reflexa)	0	0	0	0	-19	-19	-23	-42
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-6.402	-19	12.564	28.248	40.812

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.590	0	0	-2.273	0	1.317	0	1.317
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	85.419	85.419
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.590	0	0	-2.273	0	1.317	85.419	86.736
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.395	0	0	0	0	15.395	0	15.395
5.04.01	Aumentos de Capital	15.395	0	0	0	0	15.395	0	15.395
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-4.356	0	-4.356	-37.159	-41.515
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-4.356	0	-4.356	3.485	-871
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	-40.644	-40.644
5.05.02.06	Participação de acionistas não controladores sobre variações do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-40.644	-40.644
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	18.985	0	0	-6.629	0	12.356	48.260	60.616

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.408	-803	-1.861
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.397	-796	-1.583
7.02.04	Outros	-11	-7	-278
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.408	-803	-1.861
7.04	Retenções	-1	-2	-4.222
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1	-2	-2
7.04.02	Outras	0	0	-4.220
7.04.02.02	Outros	0	0	-4.220
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.409	-805	-6.083
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.368	4.627	7.691
7.06.02	Receitas Financeiras	4.368	4.627	7.691
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.959	3.822	1.608
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.959	3.822	1.608
7.08.01	Pessoal	143	192	237
7.08.01.01	Remuneração Direta	138	170	208
7.08.01.02	Benefícios	5	22	29
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	623	1.097	1.520
7.08.02.01	Federais	623	1.097	1.520
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	324	794	722
7.08.03.02	Aluguéis	0	25	70
7.08.03.03	Outras	324	769	652
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.869	1.739	-871
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	419	227	-4.356
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.450	1.512	3.485

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Sul 116 Participações S.A.**

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 01.957.772/0001-89
NIRE 33.3.00165576
Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011
(em milhares de reais)

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Sul 116 Participações S.A. ("Sul 116" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Atividades da Companhia e Aspectos Societários

Sul 116 tem por objeto social: financiar novos projetos mediante a participação no capital acionário das seguintes sociedades: (i) Invitel Legacy S.A.; (ii) Futuretel S.A.; e (iii) Zain Participações S.A.

Nos três últimos exercícios sociais, a Sul 116 e suas controladas não investiram nem desenvolveram qualquer negócio operacional, razão pela qual as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 apresentam somente as receitas financeiras auferidas no âmbito de nossas aplicações financeiras, despesas associadas à manutenção da sua estrutura societária e itens relacionados.

Em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$41.216, enquanto suas disponibilidades consolidadas somavam R\$29.076. Na mesma data, a dívida bruta consolidada totalizava R\$878. O índice expresso pela divisão da dívida bruta sobre patrimônio líquido e participação de minoritários era de 2,13% em 31 de dezembro de 2011, comparado a 2,31% em 31 de dezembro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social integralizado era de R\$18.985 (mesmo valor em 31/12/2010), representado por 48.582.043.390 (quarenta e oito bilhões, quinhentos e oitenta e dois milhões, quarenta e três mil e trezentas e noventa) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa, escritural e sem valor nominal.

Investimentos em Controladas e Coligadas

A Sul 116 é uma sociedade de capital aberto que possui o controle acionário direto de Futuretel S.A., Invitel Legacy S.A. e Zain Participações S.A. e indireto de Newtel Participações S.A., Subtel Participações S.A., Serranby Participações S.A. e PW 231 Participações S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Sul 116 Participações S.A.****Diretores**

Os diretores Alberto Ribeiro Guth e Kevin Michael Altit, foram eleitos como diretores da Companhia, em 1º de agosto de 2011.

Capacidade de Pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista que, nos três últimos exercícios, a Companhia não desenvolveu nem deteve investimentos em sociedades que desenvolvam atividades operacionais, sua capacidade de geração de caixa é limitada às suas receitas financeiras, suas receitas advindas da recuperação de créditos fiscais e de dividendos recebidos de suas controladas.

O endividamento da Companhia referente aos três últimos exercícios deriva, principalmente, das despesas gerais e administrativas e dos tributos a recolher.

A Companhia não teve dívidas de longo prazo nos últimos três exercícios. Considerando o perfil de endividamento da Companhia e o seu fluxo de caixa, acreditamos que todos os compromissos financeiros assumidos pela Sul 116 para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2012 serão honrados em seus devidos vencimentos.

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento nos últimos três exercícios foram: (i) aplicações financeiras, cujos rendimentos estão usualmente vinculados à variação do CDI; (ii) dividendos pagos pela controlada Futuretel; e (iii) aportes de capital realizados por seus acionistas.

O resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2011 totalizou lucro no montante de R\$419 e foi basicamente determinado pela equivalência patrimonial de suas controladas, pelo rendimento de aplicações financeiras e pelas despesas gerais e administrativas na manutenção de suas operações.

Atualmente, a Companhia e suas controladas não desenvolvem projetos de investimento e não possuem geração de caixa operacional, motivos pelos quais a administração da Companhia entende não ser necessário e conveniente contrair empréstimos ou financiamentos para quaisquer fins.

Receitas (despesas) operacionais

A conta de receitas (despesas) operacionais passou de uma receita de R\$62 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para uma despesa de R\$5 no exercício encerrado 31 de dezembro de 2011. Essa variação decorre, principalmente, pelo aumento das despesas gerais e administrativas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Sul 116 Participações S.A.****Despesas gerais e administrativas**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$216, sofrendo um aumento de 26% em relação aos R\$171 verificados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, resultado do aumento dos serviços profissionais de terceiros.

Receitas (despesas) financeiras

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, as receitas financeiras totalizaram R\$533, sofrendo um aumento de 133% em relação aos R\$229 verificados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 resultado do rendimento de aplicações financeiras oriundas da aplicação dos recursos recebidos de sua controlada Futuaretel.

As despesas financeiras totalizaram R\$67 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sofrendo um aumento de 5% contra os R\$64 verificados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Essa variação foi resultado, basicamente, do acréscimo dos gastos com juros e despesas bancárias.

Resultado da Companhia

A Companhia apresentou lucro de R\$419 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, contra um lucro de R\$227 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. A variação foi influenciada, principalmente, pela equivalência patrimonial de suas controladas, pelo rendimento de aplicações financeiras e pelas despesas gerais e administrativas na manutenção de suas operações.

Sucessão de Garantia-Fiança

Na qualidade de sucessora de Telpart, incorporada por Newtel em 29 de abril de 2008, Newtel passou a figurar como parte no Contrato de Prestação de Garantia Fidejussória ("Fiança") celebrado com o Banco ABN AMRO Real S.A. em 1º de abril de 2008, tendo como beneficiário a Vivo, no valor de R\$75.000. Como uma das contrapartidas à concessão da Fiança, Newtel ofereceu em garantia debêntures em montante equivalente a 100% do valor afiançado.

A Fiança foi constituída com vencimento inicial em 1º de maio de 2009, em cumprimento à Cláusula 8.5 do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em 2 de agosto de 2008 e aditado em 20 de março de 2008, entre a Telpart, na qualidade de vendedora, e a Vivo ("Contrato"), por meio do qual foi alienada a totalidade das ações de emissão de Telemig Celular Participações S.A. ("Telemig Participações") e Tele Norte Celular Participações S.A. ("Tele Norte") detidas por Telpart. Telemig Participações e Tele Norte eram, à época, controladoras diretas de Telemig e Amazônia, respectivamente.

Em abril de 2009, em cumprimento ao Contrato, Newtel contratou nova fiança bancária, em substituição à pactuada em 2008, tendo o Banco Itaú BBA S.A. como contraparte e garantindo o valor de R\$37.500.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Sul 116 Participações S.A.**

Em 29 de março de 2010, ainda em cumprimento ao Contrato, Newtel contratou nova fiança bancária, mantendo-se o Banco Itaú BBA S.A. como contraparte e alterando-se o valor afiançado para R\$18.750, com remuneração de 103,5% do CDI e vencimento em 28 de abril de 2011. Em decorrência desta nova contratação a Newtel recebeu, na forma de liberação de garantia, o valor de R\$21.601, que reflete a redução do valor afiançado e dos encargos financeiros relacionados à operação.

Em 28 de abril de 2011, ocorreu o vencimento da fiança bancária contratada em 29 de março de 2010, não havendo mais prorrogação da mesma, conforme previsto na Fiança. Em decorrência do vencimento, Newtel recebeu, na forma da liberação da garantia, o valor de R\$20.949 que foi creditado em sua conta corrente no dia 05 de maio de 2011, correspondente ao valor afiançado e encargos financeiros correspondentes.

Auto de Infração lavrado contra Newtel

Em 21 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil ("RFB") lavrou o Auto de Infração MPF nº 0718500/00123/10 ("AI") contra Newtel, glosando a compensação de prejuízos fiscais sem a observância da trava de 30% do total dos referidos prejuízos. No âmbito de sua incorporação por Newtel, Telpart utilizou na referida compensação 100% dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido por ela contabilizados. A RFB, entendendo que a trava de 30% para a utilização dos referidos prejuízos e base negativa se aplica inclusive a pessoas jurídicas em extinção, autuou Newtel, na qualidade de sucessora de Telpart. Em 31 de dezembro de 2011, o valor atualizado do auto de infração era de R\$80.146.

Em 19 de janeiro de 2011, foi apresentada impugnação contra o referido AI, a qual foi julgada inteiramente improcedente pela decisão da Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Contra tal decisão foi interposto recurso voluntário em abril de 2011 ao órgão de segunda instância na esfera administrativa, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o qual ainda não proferiu decisão. Caso a decisão desfavorável de primeira instância seja mantida pelo CARF, Newtel poderá recorrer à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), desde que preenchidos os requisitos para tal concernentes à existência de divergência na jurisprudência administrativa, ou litigar em juízo.

Com base na opinião dos assessores jurídicos externos de Newtel, a administração da Companhia acredita que as chances de perda nesta demanda são possíveis, não tendo sido realizada provisão para perda.

Auto de Infração lavrado contra Zain

Em 31 de maio de 2011, a RFB lavrou o Auto de Infração MPF nº 07.1.9000-2010-00139-0 contra Zain, no valor aproximado de R\$40 milhões, sob a alegação de que as despesas incorridas por Zain com as emissões de notas promissórias, cédulas de crédito bancário e debêntures em 2006 e 2007 e o pagamento dos respectivos juros não seriam dedutíveis para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social devida por Zain. Em 30 de junho de 2011, a Companhia apresentou impugnação contra o referido auto de infração, a qual aguarda julgamento na 1ª instância administrativa. Em 31 de dezembro de 2011, o valor atualizado do auto de infração era de R\$41.472.

Com base na opinião dos assessores jurídicos externos de Zain, a administração da Companhia acredita que as chances de perda nesta demanda são possíveis, não tendo sido realizada provisão para perda.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Sul 116 Participações S.A.****Remuneração aos Acionistas**

Por conta da absorção integral do lucro do exercício pelos prejuízos acumulados, não será destinado qualquer montante para pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia.

Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S, não prestaram quaisquer outros serviços à Companhia.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2012.

Sul 116 Participações S.A.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras****Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.**

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Sul 116 Participações S.A. (“Companhia”) tem por objeto social: financiar novos projetos mediante a participação no capital acionário das seguintes sociedades: (i) Invitel Legacy S.A. (“Invitel Legacy”); (ii) Futuretel S.A. (“Futuretel”); e (iii) Zain Participações S.A. (“Zain”).

A Companhia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de Argolis Holdings S.A. (“Argolis”) celebrado com a Telemar Participações S.A., em 25 de abril de 2008, é garantidora das obrigações assumidas por seu acionista Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações (“IIFIP”), tendo firmado na mesma data um Contrato de Prestação de Fiança com o Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA”) no valor de R\$755, referente a um processo administrativo em que é parte Lexpart Participações S.A., uma das controladas de Argolis em 25 de abril de 2008. A Companhia deverá manter a referida fiança até (i) o pagamento integral das obrigações afiançadas; (ii) o trânsito em julgado de decisão final na via administrativa, não passível de recurso, integralmente favorável à Lexpart, com relação ao processo administrativo; ou (iii) a data em que a beneficiária entregar a carta de fiança ao Itaú BBA para devolução e cancelamento, o que ocorrer primeiro.

Até o presente momento, não surgiram eventos que tenham gerado desembolsos por parte da Companhia no âmbito do referido contrato de compra e venda de ações. Igualmente, não houve, até o momento, eventos que obrigassem o Itaú BBA ou a Companhia a realizar desembolsos no contexto da referida fiança.

A Companhia integra os blocos de controle de Zain, Futuretel e Invitel Legacy. Por meio de sua participação em Futuretel, a Companhia detém participação indireta no capital social de Newtel Participações S.A. (“Newtel”) e de Subtel Participações S.A. (“Subtel”), e, por conta de sua participação na Zain, a Companhia detém participação indireta no capital social de Serranby Participações S.A. (“Serranby”) e PW231 Participações S.A. (“PW231”).

No âmbito do contrato de compra e venda de ações celebrado com a Vivo Participações S.A. (“Vivo”) para a alienação do controle acionário indireto de Telemig Celular S.A. e Amazônia Celular S.A., Newtel, na qualidade de sucessora de Telpart Participações S.A., comprometeu-se a manter fiança bancária em benefício da Vivo até abril de 2011. Para maiores informações, veja nota explicativa nº 14. Em abril de 2011, a referida fiança foi extinta sem que Newtel (ou seu fiador) fizesse qualquer pagamento à Vivo em função da referida fiança.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

A Invitel Legacy tem como objeto social: i) a gestão dos direitos e obrigações assumidos por Zain, Invitel S.A. (“Invitel”) e Techold Participações S.A. (antiga denominação de Argolis Holdings S.A.) (“Argolis Holdings”) em virtude dos seguintes contratos: (a) Contrato de Compra e Venda de Ações (“Share Purchase Agreement”); (b) Acordo de Exoneração Mútua (“Mutual Release Agreement”); (c) Acordo Epistolar (“Letter Agreement”); (d) Contrato de Investimento (“Holding Company Investment Agreement”), e (e) outros instrumentos e acordos firmados entre Zain, Argolis Holdings, Invitel e outros e relacionados a, ou celebrados com a Telecom Italia International N.V., Brasilco S.r.l. e outros, em cumprimento às obrigações estipuladas no Share Purchase Agreement, Mutual Release Agreement e Letter Agreement; e (ii) a participação em outras sociedades e fundos de investimento, nacionais ou internacionais, constituídos sob qualquer forma. Atualmente, não há direitos ou obrigações de conhecimento da Invitel Legacy que requeiram registro nas informações trimestrais em decorrência da gestão dos contratos mencionados. A Invitel Legacy exercerá a gestão dos referidos direitos e obrigações por prazo indeterminado.

Em Assembleia Geral Extraordinária de Sul 116 realizada em 11 de agosto de 2010, foi aprovada a alteração dos seguintes itens do Estatuto Social da Companhia: (i) o endereço da sede social da Companhia; (ii) o objeto social de Sul 116; (iii) o prazo de duração de Sul 116 que passou a ser de 5 anos contados a partir de 20 de julho de 2009, podendo ser prorrogado; (iv) da vedação de emissão pela Companhia de partes beneficiárias; (v) a alteração na composição da diretoria da Companhia; (vi) a inclusão no estatuto social de previsão da obrigação de divulgação pela Companhia das transações com partes relacionadas e a previsão de adoção da arbitragem, como modo de solução de conflitos, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado; e (vii) a alteração da rubrica do título do capítulo VII, que passou a ser capítulo IX, “Disposições Gerais” por questões meramente formais, a fim de adequá-lo ao seu conteúdo.

Em 12 de agosto de 2010, foi firmado o Acordo de Acionistas de Sul 116 entre os acionistas: II FIP; International Equity Investment LLC, posteriormente substituído pelo Citigroup Venture Capital International Brazil (Delaware) LLC (“CVCIB Delaware”), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI (“Previ”), Fundação dos Economistas Federais – Funcef (“Funcef”) e, na qualidade de interveniente anuente, Sul 116. O Acordo de Acionistas tem por objetivo regular os direitos e obrigações adicionais dos acionistas diretos da Companhia dispondo sobre: (i) o compartilhamento igualitário entre o IIFIP, o CVCIB Delaware e os Fundos de Pensão, do exercício do poder de controle e do direito de voto em assembleias gerais da Companhia e suas controladas; (ii) a composição, eleição e poderes de administração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; e (iii) as condições para alienação das ações de emissão da Companhia vinculadas ao referido Acordo de Acionistas.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

A geração de caixa da Companhia e das controladas diretas e indiretas é basicamente restrita às receitas financeiras auferidas de suas aplicações.

Os membros do Conselho de Administração, em 23 de março de 2012, tomaram conhecimento das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e autorizaram a sua divulgação, bem como o encaminhamento para deliberação em Assembleia de Acionistas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e pronunciamentos contábeis emitidos Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A partir de 1º de janeiro de 2011 foram revisados os seguintes pronunciamentos: Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 15 (R1) Combinação de Negócios, CPC 19 (R1) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 26 (R1) Elaboração das Demonstrações Financeiras e CPC 36 (R2) Demonstrações Consolidadas. A adoção destes pronunciamentos não impactou as informações anuais de 31 de dezembro de 2011.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em trocas de ativos.

A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.****2.3. Base de consolidação e investimentos da controlada**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações intermediárias da Companhia e de suas controladas diretas, Futuretel Participações S.A, Zain Participações S.A e Invitel Legacy Participações S.A, em cujos capitais sociais a Companhia detém participação de 46,38%, 45,85% e 34,33%, respectivamente, e de suas controladas indiretas, Newtel Participações S.A, Subtel Participações S.A, Serranby Participações S.A e PW231 Participações S.A, na mesma data base e de acordo com as mesmas práticas contábeis.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Desta forma, o processo de consolidação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado corresponde à soma dos respectivos ativos, passivos, receitas e despesas, complementado com as seguintes eliminações entre a Controladora e sua controlada direta: (i) participações no capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados e investimentos; (ii) saldos de contas correntes e outros ativos e/ou passivos; e (iii) efeitos de transações relevantes.

2.4. Utilização de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações financeiras. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia..

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.****c) Títulos e valores mobiliários**

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

d) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

f) Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

g) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

h) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

i) Demonstração Intermediária do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e sua apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

j) Provisão e passivo contingente

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	122	1	520	257
Aplicações financeiras	3.509	3.409	28.556	9.491
Total	<u>3.631</u>	<u>3.410</u>	<u>29.076</u>	<u>9.748</u>

As aplicações financeiras da Companhia estão representadas por 2.359,42322 cotas do Fundo Corp Plus DI do Banco Itaú.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.****5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Banco Itaú	1.107	966	1.107	966
Debêntures	-	-	-	20.207
	<u>1.107</u>	<u>966</u>	<u>1.107</u>	<u>21.173</u>
Circulante	1.107	965	1.107	21.172
Não circulante	-	1	-	1

Em decorrência do Contrato de Prestação de Fiança firmado entre a Companhia e o Itaú BBA (vide nota explicativa nº 1), em 12 de maio de 2008, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Títulos e Direitos Creditórios com o Itaú BBA no valor de R\$ 755, com prazo indeterminado. De acordo com o referido instrumento, a Companhia cedeu fiduciariamente 61.734 debêntures emitidas pela BFB Leasing S.A. de sua propriedade, no valor unitário de R\$ 0,12. As debêntures são atualizadas a 100% da variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010 a controlada indireta Newtel Participações S.A possuía aplicação financeira em debêntures vinculadas à garantia fidejussória contratada pela controlada, na qualidade de sucessora de Telpart, no âmbito do Contrato de Compra e Venda celebrado pela Telpart com a Vivo em 2 de agosto de 2007. Em virtude da não renovação da fiança, Newtel deixou de deter os referidos títulos e valores mobiliários e o seu equivalente em espécie foi creditado em conta corrente de Newtel. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 14.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo negativo de IRPJ de exercícios anteriores	381	335	11.503	10.398
Outros	56	38	139	106
Total	<u>437</u>	<u>373</u>	<u>11.642</u>	<u>10.504</u>
Circulante	402	340	11.607	10.471
Não circulante	35	33	35	33

O saldo de tributos a recuperar registrado no balanço patrimonial da Companhia (indicado na tabela acima) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, em função da consolidação dos montantes registrados por Zain e Futuretel nessa rubrica.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

O referido saldo pode ser: (i) compensado com obrigações fiscais futuras (no caso de uma companhia holding, usualmente decorrentes de receitas provenientes da atualização monetária sobre saldo negativo de imposto de renda sobre aplicação financeira e do recebimento de juros sobre capital próprio); ou (ii) objeto de pedido de restituição após homologação da Receita Federal do Brasil. A Companhia planeja efetuar pedidos de restituição em data próxima ao encerramento do prazo decadencial de 5 anos, conforme dispõe o art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional. Até a presente data, a Companhia não realizou pedido de restituição, considerando que nenhum dos créditos que compõem o referido saldo está próximo do término do prazo decadencial.

Dessa forma, considerando que o saldo registrado em seu balanço patrimonial é passível de recuperação na forma descrita acima; e (ii) o prazo de duração da Companhia se encerra somente em 2014, conforme determinado em seu estatuto social, a administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão com relação ao saldo de tributos a recuperar.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Seguem resumidos abaixo os detalhes da participação nas controladas diretas Futuretel, Zain e Invitel Legacy:

	Futuretel	
	31/12/2011	31/12/2010
Participação no capital	46,38%	46,38%
Capital social	10.288	10.288
Patrimônio líquido	10.816	10.803
Lucro do exercício	498	515
Dividendos a receber	55	57

	Zain	
	31/12/2011	31/12/2010
Participação no capital	45,85%	45,85%
Capital social	20.187	20.187
Patrimônio líquido	5.207	5.212
Prejuízo do exercício	(5)	48

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

	Invitel Legacy	
	31/12/2011	31/12/2010
Participação no capital	34,33%	34,33%
Capital social	2.000	2.000
Patrimônio líquido	1.010	1.062
Prejuízo do exercício	(52)	(78)

	Futuretel	Invitel Legacy	Zain	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2010	8.257	391	2.387	11.035
Equivalência patrimonial	239	(26)	22	235
Integralização de capital	(3.062)	-	-	(3.062)
Perda de capital	-	-	(19)	(19)
Dividendos	(424)	-	-	(424)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	5.010	365	2.390	7.765
Equivalência patrimonial	231	(18)	(2)	211
Dividendos	(225)	-	-	(225)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.016	347	2.388	7.751

Em Assembleia Geral Ordinária da controlada Futuretel realizada no dia 29 de abril de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos aos seus acionistas no montante de R\$489. Em 30 de junho de 2011, a Futuretel realizou o pagamento dos dividendos no valor de R\$489.

8. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de renda pessoa jurídica	-	-	372	350
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	13	16
Outros	1	4	5	7
	<u>1</u>	<u>4</u>	<u>390</u>	<u>373</u>
Circulante	1	4	92	93
Não circulante	-	-	298	280

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

Em 27 de novembro de 2009 a controlada indireta Newtel aderiu ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo um débito de imposto de renda referente ao exercício de 2005 no valor de R\$200, originário de sua antiga controlada, Telpart Participações S.A., incorporada pela Newtel em 2008. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do débito fiscal acrescido de multa e juros era de R\$372.

Conforme previsto no art. 1º, §9º, da Lei nº 11.941/2009, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou uma parcela, estando pagas todas as demais.

Conforme previsto na legislação de regência e nas Portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. O pedido de parcelamento foi formalizado no dia 27 de novembro de 2009.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**9.1. Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social integralizado era de R\$18.985, representado por 48.582.043.390 (quarenta e oito bilhões, quinhentos e oitenta e dois milhões, quarenta e três mil e trezentas e noventa) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa, escritural e sem valor nominal, sendo que 881.137 (oitocentas e oitenta e uma mil, cento e trinta e sete) ações estão em tesouraria (sendo o mesmo valor e quantidade de ações em 31/12/2010).

A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear até o limite de R\$3.500.000 (três bilhões e quinhentos mil reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições de emissão e de colocação dos respectivos valores mobiliários.

9.2. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

A Companhia apurou lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$419, que foi absorvido integralmente pelos prejuízos acumulados, conforme estabelecido no art. 189 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.****10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A Companhia auferiu lucro tributável no exercício e, consequentemente, valores a recolher a título de imposto de renda e contribuição social, nos montantes de R\$26 e R\$16, respectivamente.

A Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social a serem compensados com lucros tributários futuros, ambos no montante de R\$703 (R\$778 em 2010). A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses montantes, devido à falta de expectativas de realização dos mesmos, considerando o estágio atual de suas operações.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	461	227	2.436	2.420
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(157)	(77)	(828)	(823)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	72	79	-	-
Compensação de prejuízo fiscal	26	-	265	314
Crédito tributário diferido não contabilizado	-	(2)	(18)	(29)
Outras	17	-	14	(144)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(42)	-	(567)	(681)
Alíquota efetiva	9%	-	23%	28%

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.****11. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	502	206	3.390	3.839
Juros e atualização monetária sobre outros ativos	31	23	978	788
	<u>533</u>	<u>229</u>	<u>4.368</u>	<u>4.627</u>
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(67)	(64)	(324)	(769)
	<u>(67)</u>	<u>(64)</u>	<u>(324)</u>	<u>(769)</u>
	<u>466</u>	<u>165</u>	<u>4.044</u>	<u>3.858</u>

12. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação. O lucro e a quantidade média ponderada em milhares de ações, utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Controladora	
	31/12/2011	31/12/2010
Lucro do exercício atribuído aos acionistas		
Ações ordinárias	419	227
 Média ponderada de ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ações:	 48.582.043	 48.582.043
	Centavos por ação	
	31/12/2011	31/12/2010
Lucro por ação		
Ações ordinárias	0,000009	0,000005

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.****13. PROVISÃO E PASSIVO CONTINGENTE (CONSOLIDADO)****a) Controlada indireta Newtel**

Em 21 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) lavrou o Auto de Infração MPF nº 0718500/00123/10 (“AI”) contra a Newtel Participações S.A, glosando a compensação de prejuízos fiscais sem a observância da trava de 30% do total dos referidos prejuízos. No âmbito de sua incorporação por Newtel, Telpart utilizou na referida compensação 100% dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido por ela contabilizados. A RFB, entendendo que a trava de 30% para a utilização dos referidos prejuízos e base negativa se aplica inclusive a pessoas jurídicas em extinção, autuou Newtel, na qualidade de sucessora de Telpart. Em 31 de dezembro de 2011, o valor atualizado do auto de infração era de R\$81.850.

Em 19 de janeiro de 2011, foi apresentada impugnação contra o referido AI, a qual foi julgada inteiramente improcedente pela decisão da Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Contra tal decisão foi interposto recurso voluntário em abril de 2011 ao órgão de segunda instância na esfera administrativa, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o qual ainda não proferiu decisão. Caso a decisão desfavorável de primeira instância seja mantida pelo CARF, Newtel poderá recorrer à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), desde que preenchidos os requisitos para tal concernentes à existência de divergência na jurisprudência administrativa, ou litigar na esfera judicial.

Em função da sucessão de Telpart, Newtel é parte, ainda, do Processo Administrativo Fiscal n.º 10768.012103/2002-74, no âmbito do qual são contestadas compensações realizadas por Telpart no valor de R\$2.486 (em 31 de dezembro de 2011), com base nos saldos negativos de IRPJ dos anos-calendário de 1998, 1999 e 2000, decorrentes da não-utilização dos valores de IRRF incidentes, a título de antecipação, sobre receitas de aplicações financeiras e de juros sobre capital próprio auferidas naqueles períodos.

Em novembro de 2010, a Segunda Turma Ordinária da Primeira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) negou provimento ao recurso voluntário interposto por Newtel. Em abril de 2011, Newtel apresentou recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), instância administrativa final, e aguarda julgamento. Caso a decisão desfavorável seja mantida, Newtel deverá fazer o pagamento dos tributos referentes ao montante compensado ou litigar na esfera judicial.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

Também em função da incorporação de Telpart, Newtel é, ainda, parte do Processo nº 15374.903937/2010-48. Newtel apresentou à RFB Declarações de Compensação (DCOMPs) nas quais informou a utilização do crédito oriundo de saldo negativo de IRPJ no ano-calendário de 2003 para quitar débitos relativos a tributos federais. A RFB reconheceu apenas parte do crédito pleiteado e não homologou o restante das DCOMPs apresentadas, tendo sido exigidos os respectivos débitos, acrescidos de multa de mora de 20% e juros SELIC. Os débitos discutidos representavam, em 31 de dezembro de 2011, R\$1.424. Foi protocolada manifestação de inconformidade, a qual ainda não foi apreciada pela RFB.

Por fim, Newtel é parte do Processo nº 16682.901020/2011-79, que trata de pedido de Restituição/Declaração de Compensação - PER/DCOMP nº 21084.60803.041006.1.3.02-9360, transmitido via Internet em 04/10/2006 por Newtel, por meio do qual pretende a compensação de débitos de IRRF do mês de setembro de 2006 com crédito decorrente do saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário de 2005 no valor de R\$220. O processo ainda está pendente de apreciação em primeira instância.

Com base na opinião dos assessores jurídicos externos de Newtel, a administração da Companhia acredita que as chances de perda nas demandas listadas acima são possíveis, não tendo sido realizada provisão para perda.

Com base na opinião dos assessores jurídicos externos na Newtel, a administração da Companhia acredita que as chances de perda nestas demandas são possíveis, não tendo sido realizada provisão para perda.

b) Controlada direta Zain

Em 31 de maio de 2011, a RFB lavrou o Auto de Infração MPF nº 07.1.9000-2010-00139-0 contra Zain, no valor aproximado de R\$40 milhões, sob a alegação de que as despesas incorridas por Zain com as emissões de notas promissórias, cédulas de crédito bancário e debêntures em 2006 e 2007 e o pagamento dos respectivos juros não seriam dedutíveis para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social devida por Zain. Em 30 de junho de 2011, Zain apresentou impugnação contra o referido auto de infração. Em 31 de dezembro de 2011, o valor atualizado do auto de infração era de R\$41.138.

Com base na opinião dos assessores jurídicos externos de Zain, a administração da Companhia acredita que as chances de perda nesta demanda são possíveis, não tendo sido realizada provisão para perda.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.****14. GARANTIAS (CONSOLIDADO)****Newtel**

Na qualidade de sucessora de Telpart, incorporada por Newtel em 29 de abril de 2008, Newtel passou a figurar como parte no Contrato de Prestação de Garantia Fidejussória (“Fiança”) celebrado com o Banco ABN AMRO Real S.A. em 1º de abril de 2008, tendo como beneficiário a Vivo, no valor de R\$75.000. Como uma das contrapartidas à concessão da Fiança, Newtel ofereceu em garantia debêntures em montante equivalente a 100% do valor afiançado.

A Fiança foi constituída com vencimento inicial em 1º de maio de 2009, em cumprimento à Cláusula 8.5 do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em 2 de agosto de 2008 e aditado em 20 de março de 2008, entre a Telpart, na qualidade de vendedora, e a Vivo (“Contrato”), por meio do qual foi alienada a totalidade das ações de emissão de Telemig Celular Participações S.A. (“Telemig Participações”) e Tele Norte Celular Participações S.A. (“Tele Norte”) detidas por Telpart. Telemig Participações e Tele Norte eram, à época, controladoras diretas de Telemig e Amazônia, respectivamente.

Em abril de 2009, em cumprimento ao Contrato, Newtel contratou nova fiança bancária, no valor de R\$37.500, em substituição à pactuada em 2008, tendo o Itaú BBA como contraparte.

Em 29 de março de 2010, ainda em cumprimento ao Contrato, Newtel contratou nova fiança bancária, mantendo-se o Itaú BBA como contraparte e alterando-se o valor afiançado para R\$ 18.750, com remuneração de 103,5% do CDI e vencimento em 28 de abril de 2011. Em decorrência desta nova contratação a Newtel recebeu, na forma de liberação de garantia, o valor de R\$21.601, que reflete a redução do valor afiançado e dos encargos financeiros relacionados à operação.

Em 28 de abril de 2011, ocorreu o vencimento da fiança bancária contratada em 29 de março de 2010, não havendo prorrogação da mesma e sem que Newtel (ou seu fiador) tivesse de realizar nenhum desembolso. Em decorrência do vencimento, a Companhia recebeu, na forma da liberação da garantia, o valor de R\$20.588 que foi creditado em sua conta corrente no dia 05 de maio de 2011, correspondente ao valor afiançado e encargos financeiros correspondentes.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.****Sul 116**

A Companhia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de Argolis celebrado com a Telemar Participações S.A., em 25 de abril de 2008, é garantidora das obrigações assumidas por seu acionista IIFIP, tendo firmado na mesma data um Contrato de Prestação de Fiança com o Itaú BBA no valor de R\$755, referente a um processo administrativo em que é parte Lexpart Participações S.A., uma das controladas de Argolis em 25 de abril de 2008. A Companhia deverá manter a referida fiança até (i) o pagamento integral das obrigações afiançadas; (ii) o trânsito em julgado de decisão final na via administrativa, não passível de recurso, integralmente favorável à Lexpart, com relação ao processo administrativo; ou (iii) a data em que a beneficiária entregar a carta de fiança ao Itaú BBA para devolução e cancelamento, o que ocorrer primeiro.

Até o presente momento, não surgiram eventos que tenham gerado desembolsos por parte da Companhia no âmbito do referido contrato de compra e venda de ações. Igualmente, não houve, até o momento, eventos que obrigassem o Itaú BBA ou a Companhia a realizar desembolsos no contexto da referida fiança.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Composição dos saldos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.****b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado**

- **Caixas e equivalentes de caixa**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nos valores das quotas dos fundos.

- **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários foram avaliados ao valor de custo acrescidos pela variação do CDI, que se assemelham ao seu valor de mercado.

- **Tributos a recuperar**

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.

- **Derivativos**

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no período.

c) Risco de taxa de juros

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

d) Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Notas Explicativas**Sul 116 Participações S.A.**

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

16. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia são resumidas como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Data de aprovação pela A.G.O	29/04/2011	30/04/2010
Montante global	50	50
Pagamento efetivo	21	24

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Sul 116 Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sul 116 Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul 116 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Sul 116 Participações S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Sul 116 Participações S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme mencionado nas Notas 1 e 14, a Companhia possui como únicos propósitos a participação nas controladas diretas Futuretel S.A., Zain Participações S.A. e Invitel Legacy S.A. e a garantia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de Argolis Holdings S.A. (“Argolis”) celebrado com a Telemar Participações S.A., em 25 de abril de 2008, das obrigações assumidas por seu acionista Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações. As controladas diretas e indiretas não possuem atividades operacionais, exceto pelo fato da controlada indireta Newtel Participações S.A. ser garantidora do Contrato de Compra e Venda de Alienação de Ações da Telemig Celular Participações S.A. e Telenorte Celular Participações S.A., e da controlada direta Invitel Legacy que realiza a gestão dos direitos e obrigações decorrentes da alienação do controle indireto da Brasil Telecom. A geração de caixa da Companhia e das controladas diretas e indiretas é basicamente restrita às receitas financeiras auferidas de suas aplicações. As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia e de suas

controladas diretas e indiretas, e não refletem eventuais ajustes nos ativos e passivos no caso de liquidação, principalmente com respeito ao saldo de tributos a recuperar no montante de R\$ 404 mil, controladora, e R\$ 11.607 mil no consolidado (Nota 6), que dependem de lucratividade futura ou de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

Conforme mencionado na Nota 13, em 31 de dezembro de 2011, a controlada direta Zain Participações e a controlada indireta Newtel Participações S.A. possuem contingências fiscais com risco de perda possível nos montantes estimados de R\$ 41.138 mil e R\$ 85.760 mil, respectivamente. A capacidade financeira da Companhia poderá vir a ser afetada, caso o desfecho das referidas contingências seja distinto do risco atual considerado.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Mauro Moreira
Contador CRC - 1RJ 072.056/O-2

Roberto Martorelli
Contador CRC - 1RJ 106.103/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Sul 116 Participações S.A., companhia aberta, com sede na Rua Lauro Müller, 116, sala 504 (parte), Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.957.772/0001-89 (“Companhia”), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2012.

André Rizzi de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores e
de Recursos Humanos

Alberto Ribeiro Guth
Diretor Econômico-Financeiro e
Administrativo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Sul 116 Participações S.A., companhia aberta, com sede na Rua Lauro Müller, 116, sala 504 (parte), Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.957.772/0001-89 (“Companhia”), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2012.

André Rizzi de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores e
de Recursos Humanos

Alberto Ribeiro Guth
Diretor Econômico-Financeiro e
Administrativo